

# Abaixo a DITADURA NO IBAMA!

Um brutal ataque ao direito de greve foi desferido contra os servidores. Um mero presidente substituto do Ibama, Basileu Alves Margarido Neto, teve a ousadia de assinar uma sinistra Portaria, de nº 755, de 15.06.07, com graves ameaças aos grevistas, especialmente aos novos servidores em estágio probatório.

Cheirando ao mofo da ditadura, a algum desvario emerso do entulho autoritário, para onde deve voltar imediatamente, a peça autoritária afirma (grifos nossos):

Art. 1º As ausências ao serviço ocorridas em função da greve dos servidores do Ibama serão consideradas para efeitos de pontuação no que se refere ao critério assiduidade/pontualidade na avaliação de desempenho individual(...)

Art 2º Em relação aos servidores em período de estágio probatório tal quesito será considerado fator determinante para fins de

efetivação no serviço público.

O que pretendem? Revoltar os trabalhadores que lutam contra o desmembramento do Ibama? Levá-los ao desespero?

Que tipo de exemplo e orientação pretendem oferecer aos novos servidores com tamanha prepotência?

Querem servidores submissos, capachos, com a espinha quebrada, suscetíveis a pressões? Com tais características, como poderia um servidor exercer bem suas funções? Sobre tudo em áreas de fiscalização e controle? Ainda mais num setor com tantos interesses poderosos como é o da área de meio ambiente?

Essa portaria mostra para onde conduz a política do governo de preparar um projeto que restringe ou proíbe greves.

Trata-se de um ataque a todo servidor público, a todo trabalhador.

Essa fatídica portaria deve ser imediatamente revogada.

**“O governo está buscando punir os trabalhadores com essa medida.**

**É uma ameaça ao direito de greve que está garantido na**

**Constituição Federal.**

**É uma tentativa inaceitável de intimidar o trabalhador.**

**A CUT vai se dirigir ao governo contra essa portaria e seu efeitos”.**

Lucia Reis – Diretora Executiva da CUT Nacional

## Representação no Ministério Público contra a direção do Ibama

Dentre outras medidas, o Sindsep-DF entrará com uma Representação no Ministério Público contra o presidente substituto do

Ibama. O sindicato vai alegar que o administrador público só pode fazer o que está previsto na Lei. Não existindo nenhuma lei que

autorize o corte do ponto, o administrador, ao cortar, está abusando do seu poder. Além disso, a portaria tem intenção de coagir,

amedrontar, ameaçar e inibir a participação em greve, o que é absolutamente inconstitucional e caracteriza assédio moral.

**RETIRADA DO PLP 01! MANUTENÇÃO DO VETO À EMENDA 3**

*Novo calendário da CUT*

A perspectiva de adiamento das votações no Congresso e o anúncio de que algumas categorias realizarão mobilizações de rua e acampamentos em Brasília na primeira quinzena de agosto levou a CUT a alterar o caráter das atividades do início de julho e chamar para a primeira **quinzena de agosto** uma ampla mobilização de rua:

**3 de julho (terça-feira)**

Panfletagem no Aeroporto de Brasília na chegada dos parlamentares,

**4 de julho (quarta-feira)**

9h: ocupação do Congresso Nacional: discussão com parlamentares no Auditório Nereu Ramos, panfletagem, visitas às Comissões e Gabinetes e solicitação de audiência com o Governo Federal.

**4 DE JULHO:**

**dia de ocupação do Congresso**

**AGOSTO:**

**Marcha a Brasília**

# Transportes encaminha projeto de reestruturação

O Ministério dos Transportes (MT) encaminhou ao Planejamento projeto que altera a Lei 11.171/2005, para reestruturar a carreira e o Plano Especial de Cargos do DNIT. O aviso ministerial foi assinado pelo ministro Alfredo Nascimento no dia 20.06, na presença de representantes do Sindsep-DF, da Asdner (Associação dos Servidores Federais em Transportes) e da comissão de servidores do órgão, eleita em assembléia. O projeto, que recebeu parecer favorável das assessorias jurídicas do DNIT e do MT, altera e uniformiza as tabelas



Reunião com o ministro dos Transportes e representantes dos servidores

de vencimentos e gratificações. Para acelerar o encaminhamento do projeto à Casa Civil, o Sindsep-DF e a Asdner, solicitarão audiência com o ministro Paulo Bernardo e o secretário de Recursos Humanos, Duva-

nier Ferreira. A categoria também busca criar uma frente parlamentar em defesa dos servidores do DNIT. Enquanto isso, a mobilização no órgão continua e novas manifestações serão organizadas.

# Ministro se compromete a implementar plano de carreira



Audiência do Sindsep-DF com o ministro Carlos Lupi

Em audiência, dia 19.06, com o Sindsep-DF e dirigentes de entidades nacionais, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, assumiu o compromisso de elaborar um projeto de Plano de Carreira para os servidores administrativos do órgão e também:

- ▶ solicitou a elaboração de um plano de capacitação;
- ▶ se comprometeu a priorizar a nomeação de servidores do quadro para os cargos comissionados (DAS);
- ▶ solicitou ao secretário-executivo do órgão provi-

dências urgentes sobre as denúncias de assédio moral e a reformulação da ouvidoria, incluindo um membro indicado pelos servidores;

- ▶ afirmou que vai encaminhar documento ao Ministério do Planejamento no sentido de priorizar os descontos com despesas com a GEAP para evitar a suspensão do serviço de saúde;
- ▶ informou que o pedido de autorização para abertura de concurso público está bastante adiantado no Congresso Nacional.

No dia 21.06, o minist-

tro reafirmou o compromisso em e-mail assinado por ele e encaminhado a todos os servidores do órgão informando a decisão de retomar as discussões para o Plano de Carreira. Uma nova reunião com a direção do órgão, para discutir a questão, está marcada para o dia 3 de julho. Novas assembléias estão marcadas. A primeira para o dia 27.06, às 10h, cujo objetivo é informar e avaliar as negociações e eleger um representante dos servidores que vai compor, junto com os dirigentes das entidades nacionais, o Grupo de Trabalho que vai elaborar a proposta de Plano de Carreira, bem como um representante dos servidores para a ouvidoria. A próxima assembléia será no dia 4 de julho, às 11h, para avaliar a reunião do GT do Plano de Carreira. Ambas assembléias serão no hall do 3º andar e terão a participação dos servidores do Ministério da Previdência Social.

# Assembléia para finalização do Plano de Carreira

Os servidores concursados do Ministério das Cidades realizaram assembléia, dia 21.06, para finalizar a proposta do Plano de Carreira. Mais de 40 servidores compareceram para deliberar sobre as últimas questões da proposta, resultado de um mês e meio de trabalho com o setor de recursos humanos do ministério. As assembléias acontecem toda quinta-feira, às 13h30 no prédio do MCidades.



Servidores e setor de Recursos Humanos em reunião para elaborar Plano de Carreira

# GT apresenta proposta de unificação das tabelas

Em audiência no dia 22.06, o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Nery, apresentou a proposta preliminar elaborada pelo Grupo de Trabalho para a unificação das tabelas salariais. O sindicato fará uma análise da proposta e discutirá com os servidores em assembléia no dia 28.06, às 10h, no pátio do DNPM. A decisão da assembléia será apresentada à direção do órgão em audiência no dia seguinte, às 9h.

# Servidores farão assembléias para defenir estratégias

Os servidores do Ministério do Planejamento realizarão assembléias para discutir uma estratégia de cobrança da audiência solicitada pela Condsef à Secretaria de Recur-

sos Humanos do órgão, ainda sem resposta. Na terça-feira, dia 26, a assembléia será no bloco C, às 10h30. Na quinta-feira, dia 28.06, será no bloco K, em horário ainda a confirmar.



# GT vai elaborar proposta para viabilizar a extensão da Carreira do Seguro Social

No dia 20.06, o Sind-sep-DF e representantes de entidades nacionais, foram recebidos pela chefe de gabinete do Ministério da Previdência Social (MPS), Ana Paula Cerca. Em nome do MPS, ela assumiu o compromisso de instituir um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma proposta que viabilize a extensão da Carreira do Seguro Social aos servidores do órgão e também:

- ▶ solicitou aos servidores que apresentem um levantamento da necessidade de treinamento

para a elaboração de um plano de capacitação;

- ▶ informou que vai criar uma ouvidoria interna, a partir da primeira quinzena de julho, para resolver, dentre outras demandas, os casos de assédio moral;
- ▶ decidiu determinar que o serviço médico tenha a prerrogativa

de solicitar diretamente ao setor de transportes um veículo para a remoção de servidores para um hospital, quando necessário;

- ▶ comunicou que encaminhará circular a todos os setores reafirmando a proibição de terceirizados assinarem documentos e participar de eventos como se fos-

sem servidores;

- ▶ pediu um levantamento de todos os cargos com nomenclaturas inadequadas de servidores da ex-LBA para que o Recursos Humanos possa providenciar a requalificação.

Em assembléia, logo após audiência, os servidores fizeram uma avaliação positiva do processo de negociação e elegeram os seguintes servidores para compor o GT: Sérgio Ronaldo e Oton Pereira (titulares) e Maria Madalena e José Luciano (suplentes), que serão propostos à Condsef para re-

presentarem a entidade.

A primeira reunião do GT está marcada para o dia 4 de julho, às 9h. Novas assembléias estão marcadas. A primeira para o dia 27.06, às 10h, cujo objetivo é informar e avaliar as negociações. A próxima assembléia será no dia 4 de julho, às 11h, para avaliar a reunião do GT do Plano de Carreira. Ambas assembléias serão no hall do 3º andar e terão a participação dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego.

Novas assembléias estão marcadas. A primeira para o dia 27.06, às 10h, cujo objetivo é informar e avaliar as negociações

## ■ MSaúde/Funasa

### Servidores marcam assembléia conjunta



Servidores realizam ato em frente ao Ministério da Saúde

Em reunião com representantes das entidades nacionais, dia 22.06, o subsecretário de Assuntos Administrativos, Tadeu Jucá, e a coordenadora-geral de Recursos Humanos, Elzira do Espírito Santo, se comprometeram a apresentar, até dia 4 de julho, em nova reunião, uma posição do Ministério da Saúde sobre a criação da carreira para os atuais servidores da Saúde/Funasa. Foi informado que a audiência com o ministro está prevista para ocorrer entre 9 e 13 de julho. Porém, as entidades argumentaram que a audiência deve ser antecipada para a semana de 2 a 6 de julho, uma vez que está

prevista a deflagração da greve a partir do dia 9, sendo necessário que o ministro se posicione antecipadamente a respeito.

No dia 5 de julho, às 9h, na portaria principal do MS, os servidores da Saúde/Funasa farão uma assembléia para deliberar sobre a deflagração da greve, a partir do dia 9.

Os servidores cobram do ministro José Gomes Temporão o cumprimento dos acordos de greve assinados em 06 de julho de 2005 e 27 de setembro do mesmo ano, especialmente a reestruturação do Plano de Carreira e a substituição da indenização de campo por uma gratificação, que seja incorporada nas férias, licenças médicas e aposentadoria.

● **Datusus**  
Sobre a negociação da greve do Datusus, ficou acertado que o MS fará gestões junto ao Ministério do Planejamento na segunda-feira, dia 25.06, no sentido de suspender o desconto dos dias da greve e buscar apoio para a edição de uma Medida Provisória que contemple os seguintes itens: criação de gratificação como antecipação de Plano de Carreira; alteração da Lei 11.355 para o pagamento integral dos 47,11%; e alteração da Lei 8.270/91, para a manutenção da GAE e do Anuênio sobre a diferença de Vencimento. Caso se confirmem essas providências, os servidores em assembléia na quarta-feira, dia 27.06, analisarão a possibilidade de suspender a greve.

## Intolerância e truculência no MS

No dia 13 de junho, a segurança do Ministério da Saúde, por ordem do chefe de gabinete do ministro José Gomes Temporão, retirou a faixa do Sind-sep-DF que dizia "Ministro Temporão, os servidores da Saúde exigem negociação já!".

Depois, no dia 20.06, numa tentativa de "abortar" o ato conjunto dos servidores da Saúde e Funasa, a segurança do órgão agiu de forma truculenta. Primeiro tentaram desmontar a tenda do sindicato, colocando em risco sua integridade física e as das pessoas que estavam próximas ao local. Depois, não permitiram a instalação do som, agredindo verbalmente o responsável pelo equipamento. Por fim, de

uma forma inacreditável, deram ordem de prisão para uma diretora do Sind-sep-DF. Onde está a democracia e a liberdade de expressão? A Secretaria de Assuntos Jurídicos do sindicato já tomou todas as providências no sentido processar os autores de tais ilícitos.

Toda a repressão, porém, acabou por incentivar ainda mais os servidores que mantiveram e realizaram o ato e marcaram nova assembléia para o dia 5 de julho, no mesmo local, com indicativo de greve.

"Ministro Temporão, os servidores da Saúde exigem negociação já!"



Polícia é chamada para conter ato pacífico dos servidores da Saúde/Funasa

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, Giselle do Valle - Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Estagiárias: Leide Santos e Liliane Madureira Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergráf - Contribua com a elaboração do "Españada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.



# Sindsep garante a suspensão do desconto dos dias de greve

No dia 21.06, os servidores se reuniram com o presidente do Incra, Holf Hackbart, que propôs a suspensão da greve em troca da abertura das negociações com o Ministério do Planejamento e retomada da discussão do Plano de Carreira, a ser concluída em 60 dias. Para tal, os servi-

dores deveriam assinar um termo de compromisso com as seguintes condições: o impacto financeiro seria escalonado, a partir de 2008, sem impacto em 2007. O desconto ou não dos dias parados seria negociado depois.

Os servidores vão avaliar a proposta e apresentarão ainda nesta semana



Ato: servidores lavam prédio do Incra

resposta ao governo. A posição da categoria está muito fortalecida pela decisão da juíza da 21ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal que deferiu liminar garantindo o pagamento integral da remuneração dos servidores em greve do Incra sem o desconto dos dias de greve.

## Servidores firmes contra o corte do ponto

Na negociação de 19.06, o Secretário Duvanier Ferreira, afirmou que “eticamente o governo é obrigado a cortar o ponto dos grevistas”. Os servidores argumentaram que primeiro seria necessário estabelecer que ética não é algo absoluto. Matar não seria ético, mas um estado em guerra considera “ético” o soldado que mata muitos inimigos!

Em 1979/1980, os servidores do Bacen em São Paulo coletaram, de forma semi-clandestina, alimentos para o Fundo de Greve dos Metalúrgicos do ABC. Isso era ilegal, mas, do ponto de

vista dos trabalhadores, era ético. Na época, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula, declarava, com razão, que a exigência dos patrões pagarem os dias parados era uma questão de honra, pois significava reconhecer a existência e o direito de greve. Foram esses movimentos que terminaram com a ditadura e levaram à Presidência da República o atual presidente, exatamente para que se fortalecesse o lado dos trabalhadores e da sua luta. E agora, o que querem fazer com isso? Em vez de se

apoiar nessa disposição de luta para avançar querem reprimir? Querem retroceder?

Está claro que o governo quer estabelecer um precedente para impor que em toda greve haverá corte de ponto. Em assembléia, no dia 20.06, os servidores do Bacen ratificaram a posição de não firmar nenhum acordo com o governo que aceite o corte do ponto. Uma nova reunião está agendada para a terça-feira, dia 26.06, às 15h. Para acompanhá-la, os servidores farão uma vigília em frente ao Ministério do Planejamento.

## SRH só aceitou formalizar um estudo técnico

O resultado da reunião de negociação com a SRH do Planejamento, em 22.06, foi a constituição de um grupo técnico que vai estudar a proposta de Plano Especial de Cargos da Cultura, tanto em relação aos seus impactos orçamentários quanto aos elementos de estruturação da carreira.

Durante a reunião, os servidores cobraram com veemência o compromisso do governo, desde 2005, de implantar o Plano. Para espanto de todos, o Secretário respondeu que o governo reconhece que houve um acordo firmado mas as pessoas que o assinaram não tinham autoridade para tal.

O principal impasse é a implantação do Plano a partir de 2007, reivindicação que o governo nega. Por

causa disso, a SRH queria que os estudos só comessem depois que os servidores aceitassem implantação a partir de 2008. No fim, esse ponto foi deixado para discussão posterior. A reunião técnica está agendada para o dia 2 de julho, com a participação de três representantes dos servidores. Depois dela haverá nova rodada de negociação.

Durante toda a semana, reforçados por uma combativa caravana vinda do Rio de Janeiro, os servidores realizaram várias manifestações na Esplanada dos Ministérios, inclusive o Piscinão da Cultura em Greve, resposta criativa e bem-humorada à provocação de Lula que comparou greve com férias.



Piscinão da Cultura em Greve na Esplanada dos Ministérios

## Ação judicial em nível nacional

A assessoria jurídica da Condsef vai entrar com uma ação judicial de abrangência nacional para impedir o corte do ponto dos servidores do Ibama, em greve desde o dia 14 de maio. No dia 22.06, o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal no DF decidiu não conceder liminar contra o corte do ponto e, agora, vai julgar diretamente o mérito do Mandado de Segurança. O Sindsep-DF impetrará um instrumento de agravo para recorrer da decisão.

Os servidores do Ibama entraram em greve para lutar contra a Medida Provisória (MP) 366, que transfere atribuições do órgão e cria o Instituto Chico Men-

des de Conservação da Biodiversidade. A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tranca a pauta de votação do plenário do Senado Federal.

Os servidores denunciam que, se aprovada, a MP 366 irá enfraquecer a atuação do Ibama na proteção dos recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro. Para chamar a atenção da sociedade, os servidores realizam diversas manifestações na Esplanada dos Ministérios e Congresso Nacional. O Comando de Greve Nacional também desenvolve um trabalho de convencimento junto aos senadores.